

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (PÔSTER)

NOME: JOSÉ HELENO FERREIRA

TÍTULO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA URBANA EM DIVINÓPOLIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX: ANÁLISE DO PRIMEIRO ESTATUTO DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS JORNAIS EM CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO

AUTORES: JOSÉ HELENO FERREIRA, JOSÉ HELENO FERREIRA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: Educação - imprensa - Estatuto da Câmara Municipal de Divinópolis

RESUMO

A educação em Divinópolis no início de sua organização enquanto cidade, mais precisamente a educação escolar, é o tema deste estudo realizado, com o apoio da FAPEMIG, a partir de duas fontes documentais: a coleção de jornais editados nessa cidade durante o final dos anos dez até a década de trinta do século XX e o Estatuto da Câmara Municipal, aprovado em 1913, sendo o primeiro instrumento legal de organização e controle da incipiente vida urbana, na recém cidade em construção após a emancipação política e definição de sua condição de município pela Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911. Os documentos utilizados nesta pesquisa foram digitalizados e encontram-se sob a guarda do Centro de Memória da FUNEDI.

Esse Estatuto trouxe consigo um modelo idealizado de convívio social, baseado em novos valores urbanos e modernos, desejando superar a forma tradicional-rural de convívio social e de hábitos até então existentes, referentes a diferentes aspectos e, dentre eles, em relação à educação escolar e educação política/cidadã. As exigências em relação à educação é a ênfase dada neste estudo, visando analisar os comportamentos exigidos da população urbana em relação a este aspecto, bem como, medidas destinadas a preservar ou estimular a educação escolar.

Buscou-se verificar as prescrições em relação à educação escolar, o que não foi encontrado. Porém, noutros aspectos contemplados nesse Estatuto, subliminarmente percebe-se um conteúdo educativo, até certo ponto autoritário, das prescrições, visando adequar o comportamento dos indivíduos à vida urbana, desejando o rompimento com práticas rurais costumeiras e tradicionais de convívio e ocupação da cidade e aquisição de uma cultura urbana. O Estatuto condena diversas atitudes com o objetivo de prevenir e estimular as famílias a garantirem a permanência dos filhos na escola e confere ao poder político local a competência de exigir o cumprimento dessas normas.

É possível trabalhar com a hipótese de que esta experiência de construção de vida urbana ocorrida na cidade de Divinópolis/MG seja apenas um exemplo do que ocorreu em muitas outras localidades de Minas Gerais. O estudo realizado nos coloca, inclusive, a hipótese de que o Estatuto da Câmara Municipal de Divinópolis seja cópia de outro documento de igual natureza, o que não foi possível verificar apesar dos esforços nesse sentido, inclusive através de visitas ao Museu Histórico de Itapecerica, ao qual pertencia, antes da emancipação, o Arraial do Divino Espírito Santo, que se tornaria o município de Divinópolis.

A questão básica que orientou a investigação é o modo como a educação escolar é mostrada no discurso jornalístico da época e sua relação com as normas instituídas pelo Estatuto da Câmara Municipal de 1912. Partindo desse ponto, outros questionamentos se fizeram: quais são os aspectos educativos valorizados? Quais as representações sociais sobre a educação escolar que existem nesses jornais locais? Existe relação entre os acontecimentos políticos e econômicos locais ou nacionais e as questões educacionais abordadas na imprensa local? A definição de um Estatuto, conformando as relações sociais, revela práticas sociais existentes ou reflete aspirações em relação ao que deveria vir a ser a realidade social do ponto de vista da educação escolar?

Os documentos permitem-nos perceber a tessitura da história da educação em Divinópolis e, ao mesmo tempo, observar a urdidura universal: um mesmo tecido que se tece aqui e acolá, um fio que atravessa o tempo, um processo que desmente a linearidade com que convencionalmente se compreende a história e aponta para a necessidade de perceber o entrelaçamento entre épocas e períodos distintos, entre o ontem e o hoje.

A análise evidencia a urdidura do tecido que compõe a história da educação divinopolitana, bem como a necessidade de analisar os processos que aqui ocorreram a partir de um contexto mais amplo. A fragilidade do fio solto ao vento é a característica marcante do isolamento imposto aos responsáveis pela educação escolar nos municípios brasileiros no início do século XX. Divinópolis compunha, pois, este tecido esgarçado e tinha, na voz e na pena de alguns dos redatores de jornais e boletins, um instrumento que buscava uma tessitura mais eficiente, um entrelaçamento de fios que pudesse, de fato, compor o tecido escolar.

Em 1917, a Câmara Municipal instituiu numerosas exigências referentes à educação escolar no município de Divinópolis: o levantamento estatístico da população escolar, a necessidade de matricular as crianças entre 07 e 14 anos de idade que residissem no município a mais de dois meses, a obrigatoriedade de as escolas encaminharem à Câmara a relação de alunos que estivessem faltando sem justificativa, a instituição de notificação e de posterior multa para os responsáveis por crianças que fossem encontradas fora da escola em horário de funcionamento das aulas, entre outros.

O início de um longo processo de pesquisa. Uma gama de possibilidades anunciadas. Esta é a conclusão que nos parece adequada ao término deste trabalho.

A identificação dos nos textos jornalísticos que se referem à educação e aos processos de escolarização no município de Divinópolis nas primeiras décadas do século XX e sua catalogação geraram um instrumento de pesquisa que será muito útil para futuros trabalhos. A leitura do primeiro Estatuto da Câmara Municipal de Divinópolis, embora tenha evidenciado a ausência do discurso acerca da

educação e dos processos de escolarização, remete à leitura e ao estudo das primeiras leis e dos primeiros livros de atas da Câmara Municipal de Divinópolis, também sob a guarda do Centro de Memória da FUNEDI.

Se não foram alcançados os objetivos inicialmente propostos, se não foram respondidas as questões inicialmente colocadas, o trabalho realizado tem o mérito de produzir um instrumento de pesquisa e de evidenciar a necessidade de ampliar o marco histórico delimitado neste projeto de pesquisa.